

dizer, a solução de continuidade nos homens e nas idéias. E o Brasil apenas perdeu, em 89, um quadro de disciplina e um exemplo de moralidade que só mais tarde veio a deplorar, platonicamente.

É inexacto, portanto, atribuir ao 15 de novembro uma importância excessiva. O país aceitou silenciosamente a República, pois já vivia em república. E as transformações políticas que houve — e só o tempo naturalmente as revelou — deram-se justamente no sentido oposto ao que pretendiam os ideólogos do movimento. O poder central, que tinha vindo de abdicação em abdicação, voltou à consciência da sua autoridade. E o círculo vicioso se formou: o caudilhismo suscitando a reação estadista, e a força do poder estimulando as ambições opostas de conquistá-lo.

A República hoje, com trinta e cinco anos de realização, é a resultante de duas forças contraditórias: o **cesarismo** e o **caudilhismo**. De um lado, a autoridade central cada vez mais absorvente; de outro, as forças latentes ou patentes de oposição cada vez mais dissolventes. Entre as duas, o país indiferente, a grande força obscura de trabalho, de inteligência, de egoísmo e de sacrifício, que tece surdamente a vida da nação e em cujo nome as forças contraditórias se digladiam.

(Política e Letras, em *À Margem da História da República*, p. 253 a 255, Rio de Janeiro, Edição do "Anuário do Brasil" (1924). Segunda edição pela Editora da Universidade de Brasília, 1981, "Biblioteca do Pensamento Político Republicano", v. 8, em dois volumes. Nesta nova edição, o trecho transcrito encontra-se às págs. 56 e 57 do segundo volume.)

*

QUESTÕES SOBRE A REPÚBLICA IDEAL

(Tommaso Campanella)

Muitas dificuldades militam contra a racionalidade e a utilidade de uma tal república.

1º — Do que nunca existiu, nem existirá, nem se espera que exista, é inútil e vão tratar. Semelhante modo de viver em comum, inteiramente isento de delitos, é impossível, nem nunca se viu, nem se verá. Foi, pois, inutilmente que nos ocupamos com isso. Do mesmo argumento usava Luciano contra a república de Platão.

2º — Essa república só pode subsistir numa cidade e não num reino, pois não se podem encontrar lugares inteiramente semelhantes.

Dessa forma, será corrompida pelo povos sujeitos, pelo comércio ou pelas sedições que irromperem contra tão austera maneira de viver.

3º – Essa república foi imaginada ótima e perene. Ora, em primeiro lugar, não poderá ser perene, porque necessariamente se acabará corrompendo ou sendo invadida, não estando livre do vento da guerra, da carestia, das feras, e não podendo escapar à tirania interna, ou, finalmente, ao excessivo número de cidadãos, como dizia Platão da sua república. Em segundo lugar, não poderá ser ótima, pois necessariamente haverá delitos, como diz o apóstolo: **Si discessimus quia peccatum non habemos, ipsi nos seducimos**. Além disso, Aristóteles prova, contra Platão, que a comunidade dos bens úteis e das mulheres torna viciosa uma república e, quando nos parece que desapareceu um mal, deparamos em seguida com uma porção deles.

4º – Esse modo de viver é mais conforme à natureza que provado pelo uso de todas as nações. Ele é repellido por todas, de forma que foi leviana e inútil nossa palestra.

5º – Ninguém desejaria viver submetido a leis e observâncias tão severas e sob a tutela dos pedagogos. Essa república seria derrubada pelos próprios cidadãos, como acontece com muitas ordens religiosas que vivem em comunidade.

6º – É natural que os homens estudem as obras de Deus, viajem pelo mundo, procurem em toda a parte as ciências, façam experiência de tudo. Mas, os habitantes de uma tal república seriam como os monges, que só estudam nos livros e, quando ouvem alguma coisa que não se acha neles, se escandalizam e se perturbam. Assim como agora mal crêem nas observações de Galileu, antes não acreditavam que Colombo tivesse descoberto um novo hemisfério, porque Santo Agostinho negou a sua existência.

(*A Cidade do Sol*, pp. 105/107. Trad. de Aristides Lobo. Rio de Janeiro, Edições de Ouro, 1961.)

* * *